

**ENSINO SUPERIOR E A REALIDADE EMPRESARIAL**  
**- EM BUSCA DO ADEQUADO INTERPOSICIONAMENTO**

**ANTÓNIO JOSÉ FIGUEIREDO\***

\* Assistente do 2º Triénio da ESTV.

O grande "divórcio" que tem caracterizado o interrelacionamento entre ensino superior e a realidade do jogo económico tem - salvo honrosas e escassíssimas excepções - resistido tenazmente quer a críticas quer às variadas tentativas dos "conselheiros matrimoniais" mais empenhados.

Se, por um lado, a realidade empresarial se queixa do grande desajuste entre a formação com que os alunos saem das nossas escolas de ensino superior e as reais necessidades das empresas e demais organizações, por outro assiste-se à lamentação das escolas em relação à falta de interesse com que empresários e outros responsáveis encaram a sua participação - supostamente activa - nos conselhos consultivos e, de um modo geral, sempre que são chamados a sugerir, colaborar, ou seja, a contribuir para o almejado ajustamento de posicionamentos.

As razões apontadas para o "fenómeno", por uma e outra parte, são já clássicos do mundo das ideias e opiniões dos que povoam os diversos locais em que a questão é debatida. Uma, porém, não fazendo as delícias de ninguém e, naturalmente, por isso mesmo, não colhendo grandemente em nenhuma das hostes, nunca a vimos constar de nenhum dos "arsenais". Referimo-nos, muito simplesmente, ao comodismo.

Comodismo pela parte do mundo empresarial, porque ao não participarem activamente, como de resto seria seu dever, na génese dos cursos, dos programas disciplinares, na definição de políticas de I&D mais ou menos aplicada, etc., os empresários relegam-se para a cómoda posição de quem aguarda para "ver", resguardando-se de qualquer compromisso corresponsabilizador, mas também, por isso mesmo, deduzindo alguma força e legitimidade à sua argumentação.

Comodismo da outra parte porque, não se institucionalizando essa ligação, tudo pode ser feito à imagem e semelhança do que já existe, sem os maçadores sobressaltos de quem tem que trilhar novos caminhos não dependendo exclusivamente da sua vontade, nem ver-se confrontado com resultados práticos perante objectivos concisos que, de algum modo, servissem de elemento de avaliação das actividades desenvolvidas.

Não é novidade para ninguém que a mudança assusta a todos em todo o lado, principalmente quando se não conhece com rigor a direcção, sentido e intensidade da resultante final de todo o processo. A única diferença é que, nesta questão concreta, esses receios assumem contornos de doença crónica e, até ver, incurável.

Mas, o que nos impedirá de procurar entender melhor a globalidade dos argumentos invocados, que é como quem diz, de ver o óbvio, de detectar o evidente, no fundo, de resolver aquilo de que toda a gente parece conhecer a solução ?

A resposta a esta questão parece residir em duas categorias de causas principais, naturalmente, interligadas: por um lado, os erros de definição política ao longo dos tempos; por outro, aspectos mais tipicamente culturais - que alegadamente nos caracterizam enquanto povo - como, por exemplo, o individualismo, a falta de iniciativa e de espírito de cooperação, as perspectivas de curto prazo sempre prevalentes, etc. Se aos primeiros, pelo menos em teoria, poderemos mais praticamente "acudir" (parecendo mesmo ter chegado o momento de estarmos "condenados" a encará-los), quanto aos segundos só a consciencialização generalizada em torno da sua existência poderá começar a dar frutos, o que, por ora, não parece estar a acontecer.

Algumas questões particulares do problema

De um ponto de vista muito prático, e como contributo para a reflexão em torno do tópico da ligação "ensino superior - actividades económicas", tecer-se-ão seguidamente considerações sobre alguns dos aspectos, em nosso entender, mais relevantes de que se reveste esta questão, procurando, dentro do possível, dissociá-la da problemática - também tão em voga - da quantidade versus qualidade.

Apenas uma breve nota adicional para esclarecer que, sempre que uma referência ao ensino politécnico seja feita, nos referimos exclusivamente à sua vertente técnica e tecnológica (Escolas Superiores de Tecnologia).

Portugal é (segundo dados da OCDE) dos países europeus com níveis mais baixos de despesa em I&D (cerca de 0,6% do PIB), sendo que apenas cerca de 27% do financiamento é proveniente da indústria, cabendo, quase exclusivamente, ao Estado a contribuição restante. Também por isto, serão acrescidas as responsabilidades de quem administra directamente esses fundos, devendo zelar não só pela qualidade em si do trabalho desenvolvido, mas também pela aplicabilidade prática desses trabalhos, por outras palavras, pelo seu retorno.

Assim, as instituições de ensino superior, muito mais do que num cenário de grandes disponibilidades de recursos, terão de se preocupar em concorrer para um melhor desempenho das empresas que, deste modo, através da maior libertação de meios, passariam a dispor, por exemplo, de maior capacidade de investimento nas actividades de I&D desenvolvidas por elas próprias ou em parcerias com as escolas. Além disso, e numa relação "causa-efeito" mais directa, melhores empresas geram normalmente mais emprego, para além de proporcionarem melhores salários e maior estabilidade aos seus recursos humanos.

Se estas preocupações de maior orientação para a realidade empresarial "ficarão sempre bem" ao ensino superior em geral, elas deverão ser quase como que uma obsessão para o ensino politécnico em particular. Não tanto em termos de transferências de tecnologias que ninguém realmente encomendou, ou de incubação de empresas com vocação exclusiva para os "últimos gritos" tecnológicos, porém de sustentabilidade económico-financeira quase sempre duvidosa, mas sim, e nomeadamente, no que à formação adequada de quadros técnicos diz respeito.

Pelo lado das empresas, algumas alterações de postura se impõem também. Referimo-nos, concretamente, não só a uma maior sensibilização para a problemática em geral do ensino, mas, acima de tudo, para o facto das iniciativas conjuntas poderem também contribuir, mais directa ou indirectamente, para a melhoria do seu próprio desempenho, pelo que, mais do que nelas participar, deverão despoletá-las, numa atitude clara de desafio e exigência. Por exemplo, em vez de, numa demonstração (aliás, louvável !) de mera cortesia para com os dirigentes das escolas, aceitarem os estagiários que lhes são propostos, deveriam participar activamente no processo, criando condições para que não só os alunos, mas também eles enquanto empresa, pudessem beneficiar ao máximo, quer recrutando aqueles que porventura mais se adequassem às suas necessidades, quer beneficiando de vantagens (estudos, contactos, etc.) a que a escola poderia abrir portas.

Obviamente, quando até no meio empresarial é colocada em causa a versão mais "fundamentalista" da orientação para o mercado, por maioria de razão, não faria qualquer sentido especular-se sobre cursos superiores exclusivamente vocacionados para a formação de quadros adaptados às necessidades correntes das empresas. A esse nível de ensino, parece-nos, haverá sempre que contar com a imprescindível actualização da produção científica de índole mais teórica, não só pelo que isso possa significar, em si mesmo, para a comunidade académica, mas também pelo próprio empobrecimento da formação que daí directamente decorreria.

Contudo, tais necessidades não poderão ser relegadas para um plano menor, pois terá que ser na realidade económica e social que as instituições de ensino superior deverão encontrar os seus principais pontos de ancoragem, isto é, as suas referências mais mobilizadoras. O não reconhecimento despreconceituado, e de facto, deste referencial externo, só poderá alimentar a tendência reconhecidamente instituída de leitura das necessidades exteriores em apertada função das capacidades internas disponíveis.

É assim que, para o caso particular do ensino politécnico, pensamos fazer todo o sentido uma profunda reflexão em torno do estatuto de exclusividade dos docentes, tentando encontrar a resposta para a seguinte questão: será a solução presentemente adoptada a mais adequada à realidade deste subsistema? Reconhece-se que uma instituição de ensino superior dificilmente poderia prescindir do trabalho de docentes em full-time, no entanto, também não nos parece muito consentânea com os princípios filosóficos estabelecidos para a via politécnica - de maior proximidade à realidade prática da vida empresarial - a stiuação em vigor, ou seja, um decalque do que se verifica nas universidades.

Infelizmente, o "divórcio" a que nos temos vindo a referir constitui um panorama do qual, diga-se em abono da verdade, parece não se afastar substancialmente o cenário das próprias relações interempresariais. Também aqui os matrimónios bem sucedidos constituem raridade e, mais surpreendente ainda, nem mesmo os casamentos por conveniência parecem atrair. É assim que, conforme se pode constatar, principalmente ao nível das PME's, são privilegiadas quase exclusivamente as relações verticais (características da concepção clássica da fileira económica) não sendo, normalmente, reconhecido qualquer papel estratégico às ligações de carácter horizontal (mais consonante com a moderna concepção de cluster).

Em suma, como conclusão, o que parece verdadeiramente falhar, parte a parte, é o reconhecimento do funcionamento do sistema como um todo, no qual cada elemento depende não só de si e dos que o rodeiam, mas também, e cada vez mais, do tipo das próprias ligações estabelecidas entre todos os elementos.